

Censura vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921

Red censorship: newspaper companies before the press strike in 1921

Censure rouge: les entreprises de journaux face a la greve de la presse en 1921

José Nuno Matos



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4289>

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2018

Paginação: 93-215

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

José Nuno Matos, « Censura vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921 », *Ler História* [Online], 73 | 2018, posto online no dia 27 dezembro 2018, consultado no dia 28 dezembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4289>



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

CENSURA VERMELHA: AS EMPRESAS DE JORNAIS PERANTE A GREVE DA IMPRENSA DE 1921

José Nuno Matos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal
jose.matos@ics.ulisboa.pt

Este artigo constitui um estudo sobre uma greve de jornalistas, tipógrafos e distribuidores que ocorreu em Lisboa no ano de 1921. Culminar de uma tensão verificada nos anos anteriores, responsável por várias greves, este acontecimento destaca-se quer pela sua longevidade, durando cerca de quatro meses, quer por reunir trabalhadores com condições sociais distintas. A partir da análise da sua cobertura por *O Jornal*, órgão das empresas de jornais, bem como por *O Século* e o *Diário de Notícias*, esta investigação visa, em primeiro lugar, demonstrar como a produção jornalística se insere numa estratégia de luta contra os grevistas, nomeadamente através da sua vinculação ao regime bolchevique e ao exercício de uma “censura vermelha”. Além de visar o seu descrédito, o estabelecimento de tal relação servia para justificar a repressão da atividade sindical. Num segundo momento, o texto pretende identificar diferenças e semelhanças entre os discursos veiculados pelos diários, contribuindo assim para a reflexão em torno da distinção entre jornalismo informativo e político.

Palavras-chave: jornalismo, sindicatos, greve, anti-bolchevismo, empresas de jornais.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

No início de 1921, a produção da grande parte dos principais jornais de Lisboa seria suspensa por uma greve de jornalistas, tipógrafos e distribuidores. As opções por parte do leitor da capital sofreram então uma enorme carestia, limitando-se a um pequeno número de publicações, entre as quais *O Jornal*. Resultado da coligação entre as empresas jornalísticas, o jornal era dirigido por Fernando de Sousa (*A Época*), Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Nuno Simões (*A Pátria*) e Manuel Guimarães (*O Século* e *A Capital*). O seu principal fim era assegurar que a cobertura do acontecimento não fosse apenas realizada por *A Imprensa de Lisboa*, propriedade das associações de classe dos trabalhadores da imprensa, dos compositores tipográficos e dos distribuidores de jornais, e por *A Batalha*. Fundado em 1919, o órgão de informação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) constituiu um dos mais importantes diários da época. Contando com uma vasta rede de distribuição e financiamento militante, bem como um corpo de redação profissional, *A Batalha* conseguiu alcançar uma tiragem entre os

20 000 e os 25 000 exemplares, rivalizando assim com os mais importantes jornais da altura (Baptista 1977).

194

A ação refletia o contexto do pós-guerra, marcado pelo aumento do preço dos géneros essenciais, fenómeno por sua vez associado à crise da produção agrícola e industrial, à fuga de capitais ou ao açambarcamento e especulação (Medeiros 1978; Pereira 1971). A desvalorização dos salários por parte de uma inflação galopante conduziria a uma resposta sindical. A greve geral de 1918 daria o mote para o alargamento e organização das lutas operárias, visível na criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1919. O aumento do número de greves verificado ao longo deste ano não suscitava apenas uma leitura económica, centrada no cálculo do valor dos salários ou do tempo de trabalho. A revolução de outubro, nas palavras do historiador Fernando Medeiros, “iluminava com nova luz o movimento operário português e obcecava a burguesia nacional, que descobria, alarmada, uma combatividade e uma vontade revolucionária suscetíveis de materializar um receio que até então fora vago e remoto” (Medeiros 1978, 155-56).

A coordenação de esforços organizativos não era, contudo, um monopólio das forças sindicais. Nesse mesmo ano, após o assassinato de Sidónio Pais, ocorreram movimentações monárquicas no Porto e em Lisboa. A proclamação da Monarquia do Norte por parte de Paiva Couceiro, à cabeça de várias tropas de guarnição revoltosas de Porto, Braga e arredores, conduziu a que, em Lisboa, Aires de Ornelas reunisse várias unidades militares monárquicas e ocupasse Monsanto. Pressionado por manifestações de rua, o governo de Tamagnini Barbosa distribuiu armas pelos civis, contando os republicanos com o apoio de militantes sindicais (uma coligação com um cariz meramente temporário). Dois dias depois, as forças monárquicas em Lisboa seriam forçadas à rendição. Embora tenha tido uma duração superior, uma vez que envolveu uma ocupação efetiva das estruturas públicas e a constituição de uma junta de governo, o destino da Monarquia do Norte acabaria por ser idêntico (Telo 1977).

Sem a figura conciliadora de Sidónio Pais, o campo político conservador sofreu diversas fraturas, assinaladas pela incapacidade de reunião numa só organização política. O seu papel de oposição ao poder dos republicanos viria a ser assegurado pelas confederações patronais, reforçadas pela concentração de capital nalguns grupos económicos (*idem*, 245). Em 1920, seria fundada a Confederação Patronal, essencialmente representativa do comércio lojista e das pequenas empresas. A sua criação surgia relacionada quer com a resistência patronal à aplicação da lei das oito horas de trabalho, quer com o receio de extensão do sindicalismo a trabalhadores intelectuais,

demonstrado na greve dos funcionários públicos em março desse ano. O seu alvo principal era o movimento operário organizado, em relação ao qual se chega a equacionar o recurso à ação armada (Pais 1982, 308). A greve dos trabalhadores da imprensa vinha assim aliar-se a um contexto pautado pela instabilidade política e económica e pela crescente polarização política (Pinto 2011).

O objetivo deste artigo é analisar este fenómeno a partir quer de um acontecimento específico – a greve dos trabalhadores da imprensa de 1921 – quer da narrativa produzida apenas por um dos lados da contenda. A par de *O Jornal*, órgão das empresas dos jornais, a investigação considera igualmente os exemplares de *O Século* e do *Diário de Notícias* editados durante a greve. Estes constituíam, à altura, jornais com bastante relevo, ao ponto de alimentarem rivalidades entre si, conforme é visível no ataque de *O Século*, então sob a liderança de Silva Graça, à Companhia Portugal e Colónias (a *Moagem*), à época proprietária do *Diário de Notícias* (e, mais tarde, neste mesmo ano de 1921, do órgão de informação concorrente). A seleção destas publicações deve-se a uma sua aproximação a um jornalismo mais popular e noticioso (Sardica 2013; Baptista 2012; Tengarrinha 1989) e com um formato maior, alargado às dez ou doze páginas (Barros 2014b). Distinguiam-se assim da maioria dos jornais, mais pequenos e marcados pela identificação ideológica com uma formação partidária ou com uma figura política, típica de um modelo de “pluralismo pluralizado”. Este, conforme proposto por Hallin e Mancini, caracteriza-se por um menor desenvolvimento dos *media* comerciais, pela existência de um público-alvo essencialmente composto por uma pequena elite urbana, letrada e politicamente ativa, e por um conteúdo que traduzia o debate entre as várias fações desta elite (Hallin e Mancini 2010, 36-37).

A sua dimensão, em termos quer da tiragem, quer do formato, e a diversidade do seu conteúdo, já organizado por áreas temáticas, exigiam um sistema de trabalho mais complexo, com uma forte base tecnológica e maiores efetivos (Barros 2014b). Embora não existisse qualquer regulamentação formal, o trabalho encontrava-se sujeito a uma divisão hierárquica, tal como nas fábricas. Além do diretor, as redações contavam com redatores, repórteres, informadores – correspondendo estes últimos a uma das categorias mais baixas, muitas vezes exercida em forma de biscate¹ (Baptista 2012, 70) –, fotógrafos, desenhadores e revisores. Fora das redações, a produção do jornal era assegurada por tipógrafos e distribuidores. Sujeito a uma variação

1 O seu estatuto não se encontrava, contudo, muito distante do repórter de rua (Barros 2014b, 225).

conforme as funções, o valor dos salários dependia de jornal para jornal, alcançando quantias superiores nas publicações com maior tiragem. Ainda assim, o jornalismo estava longe de ser uma atividade bem remunerada, o que conduzia a que, geralmente, o tempo de trabalho do jornalista tivesse que ser dividido com outro tipo de emprego (Valente 1998).

A investigação em torno deste episódio é bastante escassa, não obstante o seu interesse historiográfico. Existem, contudo, algumas referências à greve de 1921 em estudos dedicados à organização sindical de jornalistas e tipógrafos (Valente 1998; Barreto 1982), em dicionários da história da imprensa (Lemos 2006) ou em depoimentos dos seus protagonistas (Vieira 1950). Uma análise mais aprofundada deste conflito foi recentemente publicada em *Narratives In Motion*, de Luís Trindade, obra na qual a relação usual entre evento político e jornalismo surge invertida, ou seja, em que o último é encarado como o elemento mobilizador do primeiro (Trindade 2017, 16-17). A produção noticiosa, neste sentido, encontra-se imbuída na agenda das organizações em luta. No caso específico de *O Jornal*, esta lógica é visível no diagnóstico e condenação dos fundamentos da greve, expostos em artigos e notícias: a incompatibilidade de interesses entre trabalhadores manuais e intelectuais; a falta de razoabilidade das reivindicações face à crise do setor; ou o recurso à greve como ameaça à ordem civilizacional (Trindade 2017).

Partindo destes contributos, este artigo pretende, em primeiro lugar, analisar os termos sob os quais o protesto dos seus trabalhadores é vinculado à revolução de outubro de 1917 e ao que surge descrito como um projeto bolchevique, internacional e de contornos tão amplos quanto obscuros. Sob esta perspetiva, o impedimento da publicação dos jornais provocada pela greve constituía, *per se*, uma forma de “censura vermelha”. Em segundo lugar, o estudo visa identificar eventuais linhas de continuidade entre os discursos veiculados em *O Jornal* e, numa fase posterior, em *O Século* e no *Diário de Notícias*. Uma vez que o conteúdo destas publicações decorre, frequentemente, da resposta a declarações proferidas nos órgãos de informação rivais, o *corpus* de análise inclui igualmente algumas peças publicadas em *A Imprensa de Lisboa* e em *A Batalha*.

1. Uma história de greves, *lock-outs* e publicações

A 17 de dezembro de 1920, a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, organismo afeto à CGT, apresentava às empresas dos jornais o seu caderno reivindicativo. As exigências nele incluídas eram diversas, com

os aumentos salariais a constituírem o interesse partilhado por jornalistas,² tipógrafos³ e distribuidores.⁴ O depoimento de Alexandre Vieira, tipógrafo, jornalista e à altura diretor de *A Batalha*, refere que esta coligação de vontades refletia o esforço organizativo da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal no sentido do alargamento dos seus quadros. A par dos tipógrafos, grupo com uma tradição sindical bastante forte e com um grau de instrução superior à maioria dos outros setores operários (Freire 1992, 106), o ingresso da Associação dos Trabalhadores da Imprensa na Federação, em 1917, garantia a integração de jornalistas (Vieira 1950, 137-38).

Além dos problemas materiais, jornalistas e tipógrafos – constituindo estes últimos a categoria com maior peso dentro da Federação – partilhavam um outro tipo de laços. As competências literárias exigidas pelas funções que desempenhavam na economia produtiva do jornal faziam do tipógrafo um *proletário-escriptor*, envolvido na produção de uma imprensa popular e operária (Figueiredo 2016, 221). O papel desempenhado pelo operariado qualificado das pequenas oficinas, como as tipografias, revelar-se-ia essencial à ação sindical, em particular pelo conteúdo político investido nas reivindicações apresentadas pelos operários das grandes unidades fabris de Lisboa e, associado, pela expansão e transmissão de uma cultura política, essencialmente libertária (Cabral 1988, 169). Era assim possível encontrar vários tipógrafos, como o próprio Alexandre Vieira, a trabalharem como jornalistas na imprensa operária (Baptista 1977, 41).

A proposta seria rejeitada pelas empresas de jornais, decisão que terá conduzido a assembleia de trabalhadores dos jornais, reunida a 12 de janeiro de 1921, a aprovar a greve e a nomear a respetiva comissão executiva. Ao tomarem conhecimento desta deliberação, as direções dos jornais enviaram para as suas tipografias um comunicado a anunciar a resposta negativa às reclamações apresentadas, a suspensão de “todos os jornais logo que, por motivo da resolução procedente, em qualquer deles se manifeste a greve do seu pessoal” e a produção de “um jornal coletivo com pessoal não aderente ao movimento dos reclamantes” (*apud* Vieira 1950, 141). O documento,

2 O caderno reunia as seguintes reivindicações da parte dos jornalistas: a atribuição de licença de um mês uma vez por ano, com vencimento por inteiro; a ausência de descontos nas faltas por doença justificada; a proibição da demissão sem justa causa; o respeito pelo sigilo das fontes; o aumento do quadro de revisores; e o aumento salarial: 130% no caso dos salários até 150\$, 125% no caso dos salários entre 150\$ e 200\$; 120% entre 200\$ e 250\$; e 115% nos superiores a 250\$ (Vieira 1950, 139).

3 Os compositores gráficos exigiam aumentos salariais de 100% para empreiteiros e jornaleiros (Vieira 1950, 139).

4 Os distribuidores dos jornais defendiam um salário mínimo no valor de 2\$ para os jornais da manhã ou da tarde e 5\$ para as publicações não diárias (Vieira 1950, 139).

porém, não viria a ser publicado. Informada destas intenções, a comissão executiva da greve apelou ao abandono do trabalho nos títulos que pretendessem inserir a nota nas suas páginas.

Desencadeada a greve, ambos os lados mobilizaram as suas táticas, as quais incluíram a produção de jornais diários: os grevistas iniciaram a publicação das edições matutina e vespertina de *A Imprensa de Lisboa* e, dois dias depois, era lançado *O Jornal*, propriedade dos jornais *Capital*, *Diário de Notícias*, *Época*, *Lucta*, *Manhã*, *Mundo*, *Noite*, *Opinião*, *Pátria*, *Radical*, *O Século*, *Situação*, *Victória* e, posteriormente, *Radical* e *Vanguarda*. Os jornais *O Tempo* e *O Jornal do Comércio e das Colónias*, à semelhança de *A Batalha*, estabeleceram um acordo com a comissão executiva responsável pela greve, continuando assim a sair à rua. O recurso a este empreendimento não era inédito. Dois anos antes, a resposta do governo à greve geral de solidariedade para com os operários da Companhia União Fabril, convocada pela União Operária Nacional, passou pelo encerramento da organização sindical e de *A Batalha*. A Federação do Livro e do Jornal, à altura em pleno processo negocial com as empresas em torno de um convénio de trabalho, anunciou que os gráficos se recusariam a trabalhar sempre que o diário estivesse sob ameaça estatal. No dia seguinte, já com *A Batalha* liberta, os trabalhadores confrontar-se-iam com os cadeados nas portas dos seus locais de trabalho.

As empresas de jornais, como resposta, avançaram com um *lock-out* e, ao mesmo tempo, com a publicação do *Boletim da Imprensa* (*A Imprensa*, numa fase posterior). Embora apenas tenha durado cerca de 15 dias, o jornal tinha cinco edições diárias, mercê do trabalho realizado por tipógrafos de *O Século* que não aderiram à greve e, mais tarde, de técnicos cedidos pelas autoridades policial e militar. O conflito chegaria ao fim após as partes terem acordado que os gráficos não colocariam em causa a saída de publicações perante o encerramento de um jornal (Lemos 2006, 87; Barreto 1982, 204; Vieira 1950, 123-24). Passados alguns meses, verificar-se-ia um novo *lock-out* após uma série de greves, que, no entanto, não contou com a participação do *Diário de Notícias* e de *O Século*. A reação das empresas de jornais à reivindicação de um aumento salarial na ordem dos 150 a 170 por cento por parte dos tipógrafos passou, mais uma vez, pela edição de uma publicação, *A Imprensa da Manhã*, fruto da colaboração dos jornais *Época*, *O Jornal do Comércio e das Colónias*, *Manhã*, *Mundo*, *Situação* e, mais tarde, de *A Capital*, *Debate*, *Época*, *Monarquia*, *Victória* e *Luta*. À semelhança do processo anterior, a intervenção do Estado, através da concessão dos serviços prestados por tipógrafos militares, revelou-se essencial na produção do diário das empresas. Ao final de dois meses, após o acordo de aumento

salarial na ordem dos 60%, *A Imprensa da Manhã* cessaria a sua atividade (Lemos 2006, 87; Vieira 1950, 126-28).

A resposta das empresas de jornais à mobilização dos trabalhadores da imprensa parece assim inserir-se numa espécie de repertório de ação. Este, como ficou demonstrado, não dispensava um órgão de informação próprio, refletindo a centralidade que, já à época, a imprensa ocupava na atividade política, independentemente do seu protagonista. O próprio Estado reconhecia essa relevância ao assegurar, por via dos seus tipógrafos, que as empresas dos jornais não se viam privadas do seu discurso. A composição social da greve de 1921, não limitada aos operários gráficos, tornava a colaboração entre Estado e empresas de jornais num fator ainda mais decisivo, uma vez que não só veio aumentar a falta de trabalhadores como permitiu que as diversas categorias profissionais em greve constituíssem elas próprias a publicação *A Imprensa de Lisboa*, jornal dirigido pelo jornalista e anarquista Campos Lima. O número inaugural de *O Jornal* expunha, de forma clara, a sua posição face aos acontecimentos. Estes não se limitavam ao conflito entre as direções de jornais e os seus trabalhadores, constituindo um indício de objetivos mais ambiciosos. No final, como seria desenvolvido ao longo dos diversos exemplares da publicação, tudo se parecia resumir ao seguinte jogo de posições:

Desenganemo-nos. Dum lado estão os que defendem a ordem social, porque embora a não considerem perfeita, se lhes afigura, comparando-a com os novos sistemas que barbaramente se pretende implantar no mundo, não só mais justa, não só mais bela, mas de conservação absolutamente indispensável, se não queremos rolar num *cahos*. Do outro, estão os demolidores revolucionários, estão os que procuram simplesmente inverter a hierarquia social, para formas de despotismo, inconciliáveis com todas as liberdades e todos os direitos conquistados.⁵

2. O Jornal e a “censura vermelha”

A greve dos trabalhadores de imprensa representava, para as empresas, a face visível de um movimento de bastidores que ultrapassava as fronteiras da nação. Por trás das medidas reivindicadas, “tão exageradas que a sua enunciação basta para demonstrar que são inexequíveis”, encontrava-se um “obscuro plano”, cujo principal fim, segundo a publicação, consistia

5 “O fundo da questão”. *O Jornal*, nº 1, 20 de janeiro de 1921, p. 1.

em “empurrar-nos para uma situação análoga à da Rússia”.⁶ A referência depreciativa a este país não era, de todo, inédita na imprensa lisboeta. Os sinais de descontentamento na sociedade portuguesa, aumentados pela carestia de vida verificada no pós-guerra, conduziram a uma campanha de diabolização dos bolcheviques, a qual incluía a descrição de um cenário de caos e instabilidade ou o retrato de Lenine enquanto agente ao serviço da Alemanha (Ferreira 2011). Este tipo de cobertura noticiosa contrastava com o entusiasmo da imprensa operária, destacando-se o papel exercido pelo soviete enquanto organismo político, então encarado, segundo César de Oliveira (1973, 124-125), como o “instrumento revolucionário fundamental da revolução”, ou a “liquidação de todas as posições capitulacionistas e moderadas”. *A Batalha* procurou, inclusivamente, assegurar a publicação de notícias diárias sobre o assunto, tornando-se, de acordo com o historiador Pedro Ferreira, na “fonte mais fidedigna de informações sobre a Rússia” (Ferreira 2011, 90).

A defesa da revolução russa por parte do órgão de informação da CGT foi devidamente aproveitada pela imprensa, passando o termo *bolchevique* a figurar como adjetivo da confederação sindical e das suas ações. O crescente ceticismo de *A Batalha* relativamente à evolução dos acontecimentos, visível nos debates travados entre o anarquista Emílio Costa e Carlos Rates, futuro fundador do Partido Comunista Português (Ferreira 2011, 89), não viria a atenuar o recurso a tal termo pejorativo. Deste modo, a greve dos trabalhadores de imprensa, à semelhança de todos os fenómenos análogos, não deixou de ser qualificada como *bolchevique*. Um primeiro indicador deste cariz era a participação de jornalistas num processo que pouco tinha que ver com a natureza das suas funções. Num artigo que, segundo *O Jornal*, ilustrava a posição da opinião pública sobre a greve – baseado na citação de diversas publicações da imprensa regional –, exigia-se aos jornalistas a “obrigação de possuir um certo grau de cultura que lhes permita avaliar bem os prejuízos que, para a coletividade, resultam sempre de uma greve”. Esta correspondia a “um mau exemplo de desorientação”, contrário àquele que deveria ser o papel do redator: “Auxiliar os que trabalham para orientar o povo”.⁷

Contudo, as preocupações dos jornais de outras regiões não se prendiam apenas com a desvirtuação do jornalismo. Embora se restringisse apenas à capital, considerava-se que a greve produziria uma série de ações em cadeia

⁶ *Idem*, p. 1.

⁷ “As Empresas Jornalísticas e a opinião pública”. *O Jornal*, nº 1, 23 de janeiro de 1921, p. 1.

que se arrastariam a todo o país. A eventual capitulação das empresas de jornais era apresentada como o prenúncio de uma crise inultrapassável, dado que, como se argumentava no semanário de Coimbra *O Campeão das Províncias*, um dos jornais considerados: “Não há só um jornal de Lisboa que possa com elas. E o resultado é este: findam todos, publicando-se um só, pelo que amanhã se arrastará pela província uma numerosa caravana de indivíduos a solicitar trabalho ou ocupação, que pela província não há para lhes dar”. A relevância da CGT neste processo correspondia, na visão de *O Jornal*, a um segundo elemento indicativo da premência de uma agenda revolucionária. A primazia da última sobre a autonomia de cada publicação já havia sido visível anteriormente. A existência de elementos extremistas que “andam nos bastidores da greve”⁸ teria sido manifesta em ocasiões anteriores, nomeadamente na greve dos tipógrafos contra a suspensão de *A Batalha* ou na solicitação de publicação dos comunicados da CGT durante as greves dos ferroviários do Sul e Sueste. O modo como a greve dos trabalhadores da imprensa havia sido desencadeada, conclui-se, “não é um princípio, simplesmente porque é já um facto: a censura vermelha”. A publicação dedicou então um vasto espaço à descrição e análise do caso:

Na madrugada de 18 do mês decorrente percorreu as redações, onde ainda se trabalhava, uma delegação de grevistas da Federação do Livro e do Jornal, da qual fazia parte o Sr. Perfeito de Carvalho, a marcar as afinidades com a C.G.T.; essa delegação dirigiu-se aos quadros redatoriais e tipográficos de alguns jornais, perguntando-lhes se fora recebida e composta a resposta das Empresas e convidando-os a recusarem-se à publicação daquele documento, que consideram ofensivo – *ofensivo!* – da dignidade dos trabalhadores da imprensa! Foi em seguida a esta *démarche* que o trabalho cessou em quasi todos os jornais.⁹

A CGT, conforme sentenciado, desempenhava um papel determinante no processo ao garantir a coligação entre redatores e tipógrafos. A Federação do Livro e do Jornal havia compreendido que estes últimos “não podem facilmente exercer aquela censura sobre a matéria publicada nos jornais. O tipógrafo compõe linhas apenas, e não pode integralmente ajuizar dum artigo”. Daí a necessidade de integração dos redatores, pois “esses, sim, podiam exercer eficazmente a desejada vigilância sobre o que a Direção de cada Jornal mandasse publicar”.¹⁰ A aplicação de um regime de censu-

8 “Censura Vermelha”. *O Jornal*, nº 9, 28 de janeiro de 1921, p. 1.

9 “Ainda a Censura Vermelha”. *O Jornal*, nº 12, 31 de janeiro de 1921, p. 1.

10 “Censura Vermelha”. *O Jornal*, nº 9, 28 de janeiro de 1921, p. 1.

ra no seio dos jornais corresponderia a uma primeira etapa do processo, cujo desenvolvimento se poderia vislumbrar noutros países. Tratava-se, no fundo, de uma “imitação, embora caricatural, da famosa mobilização das indústrias, há tempos iniciada em Itália”.¹¹ *O Jornal* referia-se à ocupação e autogestão de unidades fabris em várias cidades do norte italiano (Milão, Turim e Génova) em setembro de 1920, após o bloqueio das negociações em torno da definição de um salário nacional e consequente *lock-out*. Os trabalhadores, como resposta, mantiveram as fábricas a operar sob controlo operário. Os protagonistas de tal façanha surgiam descritos como os elementos mais “irrequietos do proletariado italiano, embriagados, como os de todo o mundo, com a visão do bolchevismo moscovita [...]”. Dentro de essas fábricas se instalaram, criando uma espécie de guarda vermelha, para que ninguém os pudesse expulsar. Loucos! Verdadeiros loucos!”.

Outros grupos eram igualmente mencionados, como a Liga Spartaquista alemã.¹² Ao longo do seu apogeu, argumenta-se, “os jornais eram assaltados, instalavam-se neles redações vermelhas, e, dum dia para o outro, periódicos sérios, ponderados, amigos da liberdade e da ordem, apareciam pregando a anarquia mais hedionda”.¹³ A evocação destas experiências em específico não parecia ser inusitada. Em primeiro lugar, elas integravam uma onda revolucionária, iniciada poucos anos antes na Rússia, igualmente sentida em Portugal. Em segundo lugar, a comissão de base correspondia, em ambos os casos, ao modelo de organização económica, social e política por excelência. Independentemente das diferenças, a afirmação desta figura era comum às duas principais correntes doutrinárias do movimento operário: o comunismo e o anarquismo. No caso italiano, a redação do *Ordine Nuovo*, um dos órgãos de informação mais próximos do movimento de ocupação de fábricas, era composta por militantes comunistas – em particular Antonio Gramsci, futuro fundador do Partido Comunista Italiano – e libertários, como Carlo Petri (Guérin 1970, 110). Por sua vez, o movimento espartaquista terá obtido algumas simpatias junto do anarquismo em Portugal, a avaliar pela divulgação de um dos seus manifestos na revista *Sementeira*, poucos meses após o assassinato de Rosa Luxemburgo.¹⁴

11 “Ante o perigo”. *O Jornal*, nº 10, 29 de janeiro de 1921, p. 1.

12 Grupo político marxista revolucionário criado no ano de 1915 em oposição à participação dos trabalhadores alemães na Primeira Guerra Mundial. Em 1919 daria origem ao Partido Comunista Alemão (KPD). Nesse mesmo ano, na sequência de uma manifestação interpretada pelo governo do Partido Social-Democrata como prelúdio de uma greve insurrecional, os seus líderes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht seriam assassinados pelos *Frei Korps*, um grupo paramilitar ao serviço do governo.

13 “Na Inglaterra”. *O Jornal*, nº 13, 2 de fevereiro de 1921, p. 1

14 Zetkin, Carla; Luxemburgo, Rosa; Liebknecht, Carlos; Mehring, Francisco (1919). “Um manifesto espartaquista aos operários de todos os países!”. *A Sementeira*, II série, nº 38, maio, pp. 213-14.

Este tipo de acontecimentos era habitualmente reportado na publicação, inclusive através de rubricas como *Contra o bolchevismo* ou *Na Rússia dos “Soviets”*. As notícias, traduzidas ou adaptadas da imprensa estrangeira, focavam a ação das autoridades de alguns países europeus sobre grupos bolcheviques; a repressão do regime soviético contra países, como a Geórgia;¹⁵ as revoltas do próprio operariado russo nas cidades de Petrogrado, Tcharko, Toula e nas minas de Donetz, onde “os conselhos operários substituíram os conselhos dos «soviets», tendo havido lutas sangrentas”;¹⁶ ou ainda os diferendos entre os líderes soviéticos Lenine e Trotsky:

E há já três anos que o governo de Lenine usa sem descanso, a política de opressão, prisões e fuzilamentos, sem conseguir desarreigar a *Comisariocracia* como irónica e justiceiramente qualifica o regimen dos *soviets* Trotsky, um dos vermelhos czares do regimen de sangue e banditismo que oprime a Rússia de hoje [...]. Verifica-se afinal que o decantado regimen da igualdade é mais opressor, tirano, ignorante e desorganizador que o regimen que vem. Não valia a pena para isso ter enchido de sangue o mundo, para que sob a ideia de que ele caminhasse Ovante, tivesse afinal recuado alguns séculos. E vale a pena ponderar porque do alheio devemos nós tirar o exemplo...¹⁷

A reportagem de eventos internacionais não só se fazia acompanhar por considerações políticas como remetia, muitas vezes em forma de aviso preventivo, para a realidade nacional. *O Jornal* destacaria igualmente a publicação do programa do recentemente fundado Partido Comunista Português em *A Batalha* como um dos sinais da junção de esforços entre comunistas e anarquistas. Alguns pontos do seu conteúdo eram alvo de especial atenção, nomeadamente o apoio à CGT e a defesa da colaboração entre os técnicos e as classes laboriosas, esses “elementos heterogêneos” que, “trabalhando em condições diversíssimas, agremiaram-se na *Federação do livro e do jornal* tendo-se-lhes feito saber previamente que tinham que obedecer cegamente às determinações da CGT”.¹⁸ Essa obediência, conforme vaticinado, compunha a base a partir do qual os “Lenine e Trotski de cá, aguardando o santo e a senha do foco bolchevista russo – com o qual não tem deixando de haver entendimentos e ligações ocultas, como o sabem os poderes públicos”, preparavam o “salto para o primeiro ensejo”.

15 “O ataque dos bolchevistas á Geórgia”. *O Jornal*, nº 39, 27 de fevereiro de 1921, p. 1.

16 “A agitação na Rússia”, *O Jornal*, nº 41, 2 de março de 1921, p. 2.

17 “O que Trotsky pensa e disse da situação”. *O Jornal*, nº 8, 27 de janeiro de 1921, p. 1.

18 “Sinaes dos Tempos”. *O Jornal*, nº 11, 30 de janeiro de 1921, p. 1.

A equiparação de libertários a comunistas não deixava, contudo, de ser contraditória. Nuns momentos, *O Jornal* parecia estar bem ciente das suas diferenças, enfatizando as posições de Piotr Kropotkine, teórico anarquista russo. No que respeita ao regime soviético, afirma-se, “até os maiores libertários, mais consequentes do que o diretor do órgão dos grevistas, [...] como Kropotkine reconheceram já que o *regimen* dos soviets não significa mais do que uma nova exploração, do que uma nova opressão da humanidade”.¹⁹ A notícia da sua morte reforçaria esta ideia, aludindo à simpatia inicial para com a revolução e, pouco tempo volvido, “à sua discordância dos processos empregados pelos atuais senhores da Moscóvia [...]. O príncipe dos revolucionários russos morre assim na mais cruel das desilusões, vendo, na prática, a derrocada do ideal por cujo triunfo na Rússia tanto lutou”.²⁰

Noutras ocasiões, os pontos de divergência entre as duas doutrinas eram secundarizados. Na resposta aos diversos artigos publicados por *A Imprensa de Lisboa* a rejeitar a categorização de bolchevique, as quais chegaram a incluir declarações de honra em chamadas de capa, *O Jornal* defendia que o fuzilamento de anarquistas na Rússia confirmava a “eterna história dos ódios e rivalidades de seitas irmanadas no propósito comum de destruição para logo se guerrearem ferozmente. Haja vista a hecatombe dos girondinos pelos jacobinos, uns e outros revolucionários extremos”.²¹ Embora fosse distinto do comunismo de Lenine, o anarquismo colocava em causa a ordem social, “a boa, a velha moral dos nossos pais, característica da civilização cristã, que forma as sociedades modernas”. Como tal, acrescenta-se,

Anarquistas e bolchevistas são corpos diversos do mesmo exército inimigo, hordas distintas da mesma invasão dos novos bárbaros. Operem uns em aparente desordem e confusão. Sigam outros o balsão dos modernos Átilas, Lenine e Trotski, por detrás dos quais se adivinham os maquiavélicos manejos alemães e judaicos. Para nós é igualmente nefasta a ação de uns e outros. Querem eles destruir a sociedade. Queremos nós a prosperidade e o progresso pela ordem, pelo respeito da autoridade, pela prática da justiça, pelo patriotismo. Separa-nos, pois, um abismo.

A ideia de um “manejo judaico” por trás de grandes fenómenos e acontecimentos seria reproduzida noutra peça, dedicada à análise de um

¹⁹ “Ante o perigo”. *O Jornal*, nº 10, 29 de janeiro de 1921, p. 1.

²⁰ “Morreu Kropotkine”. *O Jornal*, nº 13, 2 de fevereiro de 1921, p. 1.

²¹ “Anarquismo e bolchevismo”. *O Jornal*, nº 17, 6 de fevereiro de 1921, p. 1.

projeto de ligação ferroviária entre França, Espanha e Portugal. Apelava-se então à defesa dos interesses nacionais

contra os dúbios manejos para a criação do império judaico universal, que certos elementos por demais sabidos, embora manobrem na sombra, procuram realizar a coberto da Liga das Nações, sacrificando-lhe a independência dos diferentes países. Cuidado com os super-governos, que, em todos os campos de atividade e a pretexto de proveitosa uniformidade, se pretende ir mansamente estabelecendo. [...] A publicação dos Protocolos Secretos dos Sábios de Sião veio projetar intensa luz sobre os bastidores da vida contemporânea, justificando a asserção de Disraeli de que o mundo é governado por personagens muito diferentes do que se julga.²²

À semelhança do bolchevismo, e daí a associação, o judaísmo surge como uma espécie de espectro, de poder abstrato que, através de processos dos quais pouco se sabe, exerce um poder de controlo sobre as nações e os seus jornais.

3. Depois de *O Jornal*: *O Diário de Notícias* e *O Século* perante a greve

Desde o início da greve que diversas tentativas de resolução do conflito foram ensaiadas. A cobertura da mediação não foi, contudo, desenvolvida por *O Jornal*, sendo apenas possível encontrar breves comentários. *A Imprensa de Lisboa*, pelo contrário, publicou não só editoriais, como também os comunicados da comissão executiva do movimento sobre os processos de negociação em curso. A diferença de tratamento poderá ser interpretada como refletindo o nível de pré-disposição das partes. Em final de janeiro, Alberto Bessa e Balbino Augusto Esteves, respetivamente diretor e administrador do *Jornal de Comércio e das Colónias*, convidavam as partes a um encontro. A maior intransigência das empresas de jornais ficou então demonstrada pelas diversas respostas a esta proposta. Num primeiro momento, declararam estar dispostas a discutir os aspetos económicos da questão, mas nunca os relativos à linha editorial dos jornais, mantendo assim as acusações de censura por parte dos grevistas. Afirmaram ainda não querer dialogar com elementos exteriores aos trabalhadores, alegando implicitamente que o movimento partia de forças estranhas aos mesmos.²³ Por fim, acabaram por exigir que

22 "A propósito da conferência de Barcelona". *O Jornal*, nº 37, 26 de fevereiro de 1921, p. 1.

23 "O nosso movimento: Nota da Comissão Executiva Pró-Aumento de Salários dos Trabalhadores dos Jornais". *A Imprensa de Lisboa*, nº 9, Edição da noite, 26 de janeiro de 1921, p. 2.

a negociação se realizasse entre empresa e trabalhador, sem a mediação da comissão executiva, reivindicação que conduziu à extinção do diálogo.²⁴

Se para os grevistas a demonstração de vontade na resolução do conflito era imperativa, principalmente face às acusações de bolchevismo, às empresas de jornais interessava o cansaço, uma vez que, não obstante as condições precárias e os salários e os subsídios auferidos pelos gráficos em greve,²⁵ a concessão de tipógrafos por parte do governo de Liberato Pinto garantia a publicação d'*O Jornal* e, numa fase posterior, de *O Século* e do *Diário de Notícias*. Estas publicações voltariam às bancas no dia 3 de março de 1921, inicialmente em conjunto com *A Pátria*, *A Época*, *A Opinião* e *O Radical*, findando a publicação de *O Jornal*. Contudo, poucos dias depois, o bloco das empresas acordaria a concentração de esforços na publicação de *O Século* e do *Diário de Notícias*. A decisão, de acordo com a justificação apresentada, surgia num contexto de expansão de publicações dos grevistas. A eventual perpetuação do fenómeno seria responsável por um novo quadro concorrencial, em que os velhos jornais “com as suas tradições, os seus serviços, as suas formas de expressão, consagradas pelo seu público, veriam o seu lugar ocupado por periódicos de fancaria, com que as ideias apareceriam tão falsificadas como os sentimentos”.²⁶

As duas publicações dedicaram espaços distintos à cobertura do acontecimento. A intensa campanha da *Imprensa de Lisboa* contra *O Século*²⁷ tornou inevitável uma resposta minimamente à altura. Porém, ambos os jornais não deixaram de defender a causa própria, não se constatando uma alteração substancial da abordagem em relação à greve. Nas suas primeiras considerações sobre o assunto, o *Diário de Notícias* manteve o argumento da intransigência dos grevistas, em contraste com as portas abertas que teriam encontrado caso tivessem optado por uma aproximação pacífica e conciliadora. Ao invés, preferiram “sem qualquer consideração pela disciplina e pelo prestígio d'esta casa, sem uma recusa e, portanto, sem uma razão de queixa, não tratar connosco”.²⁸ Embora, segundo o diagnóstico, a

24 “O nosso movimento: O jornal do comércio”. *A Imprensa de Lisboa*, nº 15, Edição da manhã, 3 de fevereiro de 1921, p. 2.

25 “O nosso movimento: aos gráficos em greve”. *A Imprensa de Lisboa*, nº 24, Edição da manhã, 12 de fevereiro de 1921, p. 1.

26 “No nosso posto”. *O Século*, nº 14 029, 3 de março de 1921, p. 1.

27 De janeiro a abril, *A Imprensa de Lisboa* publicará dezenas de artigos sobre *O Século*, inclusive através de uma rubrica intitulada “Afinal de quem é o Século?”. Os principais alvos são o administrador José Rugeroni e o diretor Manuel Guimarães, acusados de reproduzirem os interesses financeiros da Companhia Industrial de Portugal e Colónias (*A Moagem*) que, por sua vez, já era proprietária do *Diário de Notícias*.

28 “Conflitos”. *Diário de Notícias*, nº 19 801, 3 de março de 1921, p. 1.

atitude refletisse os particularismos do país, nomeadamente “a ignorância enfatuada d’uns, a arrogância de certos *meneurs*, o feito impulsivo nacional e a passividade do maior número”, tratava-se de um fenómeno mais vasto, de alcance mundial:

Esticou-se de mais a corda; fizeram-se greves sobre greves; desorganizaram-se, demasiadamente, por essa maneira, as condições de vida. [...] Todos se convenceram de que anarquizando o trabalho, estancando a produção, desequilibrando, por uma constante ameaça de suspensão de relações e de serviços, toda a existência social e até a própria vida individual, o estado de quási permanente greve em que o mundo inteiro, num dado momento, viveu fora uma das causas mais profundas da enorme crise desencadeada sobre as condições materiais e morais da humanidade.

Perante tal situação, indicava-se um só caminho a seguir: “O da greve à greve”. O cariz imperativo desta resposta limitava-se a estar à altura do desafio representado pelo acontecimento. Numa outra peça, sem qualquer referência específica à greve, o mundo seria dividido em dois partidos: de um lado, “os sustentáculos da estabilidade social”; do outro, “os instrumentos da dissolução e desagregação sociais e económicas que ameaçam o mundo”.²⁹ Os primeiros contariam com aqueles que “não falam, nem batalham, não se mostram nem combatem, mas são a infinita legião que representa, em todas as suas formas, o trabalho útil e fecundo, a família, a oficina, o progresso, a solidariedade nacional, o civismo”. Já os “profissionais da desordem” fariam uso dos “transigentes da preguiça, do medo, da impulsividade, da fraqueza, da vaidade”. Ao estado cabia estar ao lado do partido da ordem. A greve da imprensa constituía a perfeita ilustração da dimensão e do teor deste conflito. Mantendo as acusações já anteriormente realizadas por *O Jornal*, como a de “censura vermelha, atentatória de toda a ordem e de todo o prestígio da vida interna dos jornaes”,³⁰ o *Diário de Notícias* negava uma possibilidade de conciliação com os responsáveis pelo processo, dado o ponto a que se havia chegado:

Ou as empresas nada são daquilo de que os senhores as acusaram e os seus representantes não são os malfeitores ou analfabetos que os senhores disseram – e n’esse caso o movimento não pode acabar senão pela confissão, tácita ou expressa, de que essas empresas e os seus representantes foram caluniados; – ou os senhores, dignamente, não

29 “Ordem – eis tudo”. *Diário de Notícias*, nº 19 803, 5 de março de 1921, p. 1.

30 “Ainda em grêve”. *Diário de Notícias*, nº 19 806, 8 de março, p. 1.

podem perante o público e perante a própria consciência, regressar ao serviço de verdadeiros covis de bandidos e sob as ordens de pessoas a quem os senhores distribuíram epítetos e atribuíram façanhas que nem vale a pena lembrar.³¹

Embora tenha dedicado algumas análises de fundo ao tema, a cobertura realizada por *O Século* revelou uma maior constância e minuciosidade. Pelos motivos já mencionados, o jornal acompanhou a greve, aliando à reportagem dos acontecimentos uma clara e inequívoca posição crítica. Assim, uma peça relativa a um debate no Congresso da República, ao longo do qual a situação da imprensa seria abordada, era concluída da seguinte forma:

Os processos de difamação que se adotaram, a campanha de ódios e de calúnias que se levantou [...] para sufocar a imprensa ou para a reduzir a determinadas condições que à sua liberdade e à sua independência repugnam, tudo isso deliberou o chefe de governo anterior a cooperar no que não é uma mera defesa de interesses materiais, mas a própria defesa de interesses morais que não se circunscreve à dos órgãos jornalísticos forçadamente suspensos, porque são os interesses dos poderes públicos, os da ordem social, os das instituições, n'uma palavra os de todo o país.³²

Nalguns casos, a diferença entre sujeito, objeto e fonte era indiscernível, como nas notícias sobre as reuniões das empresas de jornais, a alegada agressão de um empregado de *O Século* por um “numeroso grupo de grevistas da Imprensa, que lhe deram algumas bengaladas”³³ ou o fracasso das negociações entre as partes, imputado à “atitude agressiva e injuriosa assumida pelo pessoal das redações, em conflito, não apenas com as direções dos jornais, mas com todos os quadros redatores dos jornais de Lisboa”.³⁴

A cobertura quase diária da greve incluía igualmente a edição de artigos de fundo. O seu teor era indissociável dos conteúdos publicados em *A Imprensa de Lisboa* ou em *A Batalha*, constituindo a resposta às suas peças ou, vice-versa, denúncias das iniciativas, das declarações e da própria doutrina dos grevistas. Por vezes, estas duas vertentes surgiam articuladas num mesmo artigo: num primeiro momento rejeitava-se a acusação proferida e, logo de seguida, retorquia-se na mesma moeda. Numa destas situações, *O*

31 *Idem.* p. 1.

32 “Congresso da República”. *O Século*, nº 14 030, 4 de março de 1921, p. 2.

33 “Uma agressão cobarde”. *O Século*, nº 14 040, 14 de março de 1921, p. 1.

34 “O conflito da imprensa”. *O Século*, nº 14 086, 29 de abril de 1921, p. 1.

Século começaria por desmentir tanto a discriminação negativa de jornais republicanos, defendendo que a publicação dos dois diários havia sido consensual entre as empresas, como o alegado apoio aos revoltosos de Monsanto, para depois evocar um artigo depreciativo das homenagens ao Soldado Desconhecido publicado em *A Batalha* e assinado pelo seu diretor.³⁵ O assunto, contudo, não morreria ali. Articulado com outro evento – a já referida agressão de um tipógrafo –, “o desprezo pelo sentimento nacional”³⁶ demonstrado por Alexandre Vieira seria apontado como sintomático da natureza do movimento e dos seus elementos: “Tudo isto se liga, tudo isto se encadeia, tudo isto obedece a uma intenção e um plano. É que se procura minar a sociedade por todas as formas, as mais variadas e imprevistas”.

A condenação da greve seria igualmente reforçada por textos mais teóricos em torno do pensamento de alguns autores. Entre estes, é possível identificar a nomeação de figuras como Georges Sorel, definido como o “padre-mestre do sindicalismo revolucionário, que é por onde leem todos os profissionais do sindicalismo” e autor do “catecismo da violência, para ensino dos pobres de espírito”;³⁷ ou, mais uma vez, Kropotkine, “o ingênuo santo [...], agora martirizado pela experiência satânica dos soviets de Lénine – um coração honesto ligado a uma alma de doido fanático”.³⁸ Embora nem todos os artigos se centrassem na paralisação dos trabalhadores de imprensa, a crítica a esta forma de protesto a partir de episódios análogos foi comum ao longo deste período. Invariavelmente, umas breves linhas descritivas do conflito, como o declarado pelos trabalhadores fluviais do Porto, eram seguidas da denúncia do “uso e abuso das greves”, da relação com a situação vivida noutros países, nomeadamente a Rússia, ou ainda da sua integração num plano mais vasto contra a ordem do direito, o “saco insaciável do judeu dos velhos tempos medievais”.³⁹

Apesar de estes termos não se encontrarem divorciados da conjuntura vivida à altura, a dramatização dos acontecimentos contribuía para que o interesse económico das empresas adquirisse uma dimensão política e moral e assim se elevasse a uma causa pública. Este objetivo era assinalado pelo modo como a imprensa se retratava a si própria enquanto “uma lanterna, cuja viva luz revela o que se trama na escuridão”⁴⁰ e que,

35 “No seu logar”. *O Século*, nº 14 046, 20 de março de 1921, p. 1.

36 “Em face da greve”. *O Século*, nº 14 047, 21 de março de 1921, p. 1.

37 “Em guerra”. *O Século*, nº 14 055, 29 de março de 1921, p. 1.

38 “Tempos Novos”. *O Século*, nº 14 061, 4 de abril de 1921, p. 1.

39 “Em conflito”. *O Século*, nº 14 034, 8 de março de 1921, p. 1.

40 “Violências”. *O Século*, nº 14 044, 18 de março de 1921, p. 1.

neste sentido, tornava legítima a concessão de tipógrafos por parte do governo:

210

A imprensa é uma representante da opinião pública, é o reflexo e, em geral, a possuidora de um mandato imperativo das diversas correntes e aspetos do pensamento e da vontade de um povo. Seria útil que não houvesse imprensa? [...] Pareceu ao governo anterior que não, e pareceu bem. A expressão das opiniões é, nas sociedades modernas, uma evidente necessidade de ordem social. [...]. Se os governos sentem a necessidade de evitar a paralisação de certos serviços de utilidade pública, fornecendo-lhes todos os elementos de que dispõem para que essa paralisação se não dê, qual a razão por que haveria de recusar também á imprensa os elementos indispensáveis para que ela pudesse exprimir-se, manifestar-se?⁴¹

De facto, a mudança de governo, então dirigido por Bernardino Machado, não alterou a sua posição relativamente à greve na imprensa. Embora se tenham verificado algumas tentativas de resolução por via quer da sugestão de mediadores, quer da proposta de constituição de um tribunal de arbitragem, o governo continuou a disponibilizar às empresas de jornais os serviços de funcionários públicos. As críticas apontadas tanto pelo campo sindical, como por alguns deputados da República, em particular os afetos ao Partido Socialista, colocaram o governo sob pressão, levando-o inclusivamente a requisitar um parecer ao Supremo Tribunal Administrativo sobre a legalidade da medida.

A greve acabaria por terminar ao fim de quatro meses, após o quadro de edição de *O Século* ter voltado o trabalho em finais de abril. A comissão executiva pró-aumento do salário assinou um acordo com diversas empresas de jornais, como *A Época*, *A Luta*, *Opinião* e *Diário de Notícias*, o qual incluía aumentos salariais na ordem dos 40%. No último jornal, contudo, os grevistas não conseguiram assegurar a readmissão dos redatores que haviam feito parte do movimento grevista. *O Século* anunciaria aumentos na ordem dos 35%, alegando uma prévia tabela de pagamentos mais elevada, bem como o afastamento definitivo de todos os jornalistas que aderiram à greve. Num comentário final, o jornal reproduziria o conjunto de argumentos utilizado ao longo do processo – a “indisciplina”, “o desejo incoercível de acabar, em tudo, com hierarquias”, os “sacrifícios inoportáveis” ou a “inconsciência”⁴² – deixando no ar a ideia de

41 “Princípios”. *O Século*, nº 14 054, 28 de março de 1921, p. 1.

42 “A liquidação duma greve absurda”. *O Século*, 2 de maio de 1921, edição da noite, p. 1.

que no contexto que se vivia “toda a paralisação do trabalho deveria ser considerada um crime”.

4. Conclusão

A edição de *O Jornal* por parte de empresas jornalísticas como resposta a uma greve dos seus trabalhadores revela como a imprensa não se limita a uma reconstituição dos acontecimentos enquanto observadora externa, mas assume uma posição fulcral na estratégia de luta desencadeada e, logo, na produção de acontecimentos. Tanto os termos, como a substância dos artigos publicados por *O Jornal* traduzem a existência de um novo tipo de conflito, marcado pela Primeira Guerra Mundial. Em primeiro lugar, apresenta diferentes dimensões espaciais, estendendo-se do local ou setorial (neste caso, na imprensa) ao transnacional e vice-versa. As referências a outros contextos, nomeadamente o russo, assinalam, segundo o historiador Enzo Traverso (2016, 53), “uma dialética que opõe revolução a contrarrevolução, no seio da qual os nacionalismos foram absorvidos e redefinidos”. Em segundo lugar, o conflito alarga-se à própria sociedade e a violência deixa de ser o monopólio legítimo do estado (*idem*, 71). Por fim, a guerra passa a visar a destruição da força adversária, não apenas a sua derrota, uma vez que as existências das partes em contenda são incompatíveis (*idem*, 69).

A polarização existente nas ruas de Berlim, nas fábricas de Turim ou nos jornais de Lisboa decorre, recorrendo à terminologia proposta por Carl Schmitt, entre “amigos” e “inimigos”. Esta divisão, definidora da própria política, não é fundada em conflitos e ódios pessoais ou sequer em discordâncias acerca de um determinado conjunto de medidas, se bem que estes elementos possam encontrar-se a jusante, mas no mais elevado grau de dissociação em que o outro “significa a negação do tipo próprio de existência e, por isso, é repellido e combatido para salvaguardar o tipo de vida própria, adequado ao seu ser” (Schmitt 2015, 53). O discurso de *O Jornal* em torno dos grevistas tende a reproduzir esta lógica. É possível, desde logo, identificar um argumentário conservador, definido a partir das teses de Albert Hirschmann: o risco implicado pelas reivindicações apresentadas pelos grevistas no que respeita ao equilíbrio financeiro das publicações; os efeitos perversos gerados pela greve, passível de gerar o encerramento de jornais e de deixar o público dependente dos órgãos de informação operários; e a futilidade da iniciativa, destinada a substituir os atuais diretores dos jornais por uma autoridade ainda mais tirânica, composta pelos *meneurs* do movimento (Hirschman 1997).

A natureza conservadora do discurso é, porém, reforçada pela identificação e caracterização de um inimigo, geralmente a partir do recurso à metáfora e a outros elementos comparativos. Desta forma, os grevistas veem-se equiparados, por exemplo, a hordas de bárbaros ou a lunáticos que pretendem a destruição da própria sociedade. *O Jornal* e *O Século* chegam mesmo a acrescentar pressupostos antissemitas à retórica anti-bolchevique. A alegada existência de um “judeo-bolchevismo” não constituía uma novidade, alimentando-se a partir de alguns elementos em comum: o internacionalismo, o anticristianismo, a origem de alguns dos líderes bolcheviques, como Trotsky, a influência messiânica do judaísmo na utopia comunista (Lowy 2016) ou o simples facto de os movimentos e partidos operários não reproduzirem este discurso (Arendt 2004). À semelhança do que acontecia com o comunismo, o alegado poder judaico surgia igualmente retratado pelo imaginário antissemita como um “espectro que pairava sobre a Europa”.⁴³ Apesar de a representação do judeu enquanto magnata da finança remeter mais para uma realidade do século XVII e XVIII, limitada contudo a uma minoria de banqueiros próxima das cortes, e num contexto em que a maioria se situava na classe média, ocupando essencialmente posições comerciais, liberais e intelectuais (Arendt 2004, 31; Elias 2001, 222), os judeus tornam-se objeto de um discurso que os engloba numa espécie de sociedade secreta. A esta é atribuída uma “presença inatingível, abstrata e universal” (Postone 2001, 23), responsável por todos os acontecimentos a nível mundial: as guerras, as crises e as revoluções.⁴⁴

O recurso a estes termos, mesmo após o término de *O Jornal*, coloca em causa a distância entre um jornalismo informativo e noticioso, exercido pelo *Diário de Notícias* e *O Século*, e um jornalismo político, praticado pelos jornais republicanos, monárquicos ou operários. É possível identificar diferenças entre os dois modelos, com o primeiro a privilegiar o registo de informações de forma compacta e sem contextualização, o destaque a atos administrativos e a iniciativas realizadas por atores institucionais, fruto de uma dependência em relação às fontes oficiais, e a separação entre notícia e comentário político. Estes traços pouco diferem das mudanças verificadas na

⁴³ Correspondente à primeira frase do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels: “Um espectro paira sobre a Europa – o espectro do comunismo”.

⁴⁴ Moshe Postone defende que o antissemitismo se baseia precisamente na antinomia entre uma dimensão abstrata do capitalismo (o dinheiro, a finança, etc.) e uma dimensão concreta (a produção de mercadorias). A primeira é representada pelo judeu e a segunda pelo ariano. Esta conceção, segundo o teórico, exclui da sua crítica todos os aspetos inerentes à relação de trabalho, encarada enquanto um elemento natural.

imprensa de outros países, como a do Reino Unido, onde a partir de finais do século XIX se assiste a um processo de despolitização (Chalaby 2002).

Embora seja o resultado de uma confluência de fatores (tecnológicos, profissionais, científicos e culturais), a produção de um jornalismo menos politizado prendeu-se com a emergência de um mercado jornalístico. A preocupação com o número de vendas, a necessidade de acesso a um público mais vasto e a procura de financiamento através da publicidade conduziram quer à introdução e desenvolvimento de novas temáticas menos fraturantes (desporto, histórias de interesse humano, acontecimentos sociais e/ou sensacionais), quer a um novo tipo de análise dos assuntos de natureza política, mais focado nas figuras e personalidades, nas campanhas eleitorais e na atualidade (Chalaby 2002; Curran e Seaton 1993). Este novo prisma não é desprovido de representações e valores políticos, apenas da sua forma de expressão mais direta na notícia. Inclusivamente, como defende Jean Chalaby (2002, 77), é a partir desta mudança que a ideologia se torna numa questão hermenêutica.

Se, por um lado, *O Século* e o *Diário de Notícias* incorporam esta tendência, por outro, o retorno a um jornalismo mais interventivo parece ter constituído uma opção perante determinados acontecimentos ou organizações (Barros 2014a). Ambos os diários demonstraram desde o início uma certa hostilidade em relação ao movimento operário (Tengarrinha 1989, 244), não sendo por isso de estranhar a cobertura realizada em torno de uma greve no seu seio. A luta pela sua própria sobrevivência conduz assim a que se esteja disposto a recorrer ao princípio contrário à sua defesa. A lógica é a idêntica à do “estado de exceção”, teorizada por Carl Schmitt. À luz deste conceito, um ataque à ordem constitucional, expressão da própria ordem social, poderá implicar a declaração de guerra no interior do seu próprio território (Schmitt 2015, 85). Embora fuja à regra, o estado de exceção constitui o “paradigma constitutivo da ordem jurídica” (Agamben 2015, 19), pois dele depende o exercício da própria lei, cabendo ao poder soberano avaliar o nível de ameaça que impera sobre a normalidade e agir em conformidade. Por outras palavras, à definição de um estado de ameaça permanente corresponderá a declaração de estado de exceção permanente. A vigência de um jornalismo informativo poderá assim, em determinadas circunstâncias (uma greve, por exemplo), implicar um tipo de jornalismo parcial e politizado, orientado tanto para a defesa da isenção, da neutralidade e da objetividade como para a condenação moral dos seus detratores. O cenário de um estado de exceção que se tornasse regra, conforme prenunciado por Walter Benjamin (2010), viria a tornar-se realidade em maio de 1926. No novo quadro político e informacional, baseado na censura prévia, *O Século* e o *Diário de Notícias* continuariam a exercer um papel determinante.

■ Referências

- Agamben, Giorgio (2015). *Estado de Excepção*. Lisboa: Edições 70.
- Arendt, Hannah (2004). *O Sistema Totalitário*. Lisboa: D. Quixote.
- Baptista, Carla (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses: do século XIX ao Marcelismo*. [S.l.]: Escrit'ório Editora.
- Baptista, Jacinto (1977). *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*. Amadora: Bertrand.
- Barreto, José (1982). "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)". *Análise Social*, 18 (70), pp. 183-212.
- Barros, Júlia Leitão de (2014a). *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Barros, Júlia Leitão de (2014b). *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907) – Tomo II (Anexos)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Benjamin, Walter (2010). "Sobre o conceito da História", in W. Benjamin, *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio e Alvim, pp. 9-20.
- Cabral, Manuel Villaverde (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença.
- Chalaby, Jean (2002). *The Invention of Journalism*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Curran, James; Jean Seaton (1999). *Power Without Responsibility: the Press and Broadcasting in Britain*. London: Routledge.
- Elias, Norbert (2001). "On the Sociology of German Anti-Semitism". *Journal of Classical Sociology*, 1 (2), pp. 219-225.
- Ferreira, Pedro (2011). *Entre o Terror e a Esperança: a Revolução Russa na Sociedade Portuguesa (1917-1921)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Figueiredo, Cláudia (2016). "Proletários-Escritores: Práticas da Escrita e Variações do Espaço Político Contemporâneo, 1850-1926", in J. Neves (org). *Quem Faz a História: Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 219-227.
- Freire, João (1992). *Anarquistas e Operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento.
- Guérin, Daniel (1970). *Anarchism: from Theory to Practice*. New York: Monthly Review Press.
- Hallin, Daniel; Paolo Mancini (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hirschman, Albert (1997). *O Pensamento Conservador: Perversidade, Futilidade e Risco*. Lisboa: Difel.
- Lemos, Mário Matos e (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne; CEIS20.
- Lowy, Michel (2016). *Utopias*. Lisboa: Ler Devagar, UNIPOP.
- Medeiros, Fernando (1978). *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Oliveira, César (1973). *A Revolução Russa na Imprensa Portuguesa da Época*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- Pais, José Machado (1982). "Sérgio Príncipe e a Confederação Patronal, História de um Atentado", in A. C. Pinto (org), *O Fascismo em Portugal: actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 287-315.
- Pereira, José Pacheco (1971). *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*. Porto: Portucalense.
- Pinto, Ana Catarina (2011). *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Postone, Moshe (2001). "La lógica del antisemitismo", in M. Postone, J. Wajnshtein, B. Schulze (eds), *La crisis del estado-nación: antisemitismo, racismo, xenofobia*. Barcelona: Alikornio, pp. 19-42.
- Sardica José Miguel (2013). "Imprensa. Títulos", in M. F. Rollo (org), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II. Lisboa: Assembleia da República, pp. 344-57.

- Schmitt, Carl (2015). *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70.
- Telo, António José (1977). *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*. Lisboa: José Fortunato.
- Tengarrinha, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- Traverso, Enzo (2016). *Fire and Blood: The European Civil War*. London: Verso.
- Trindade, Luís (2017). *Narratives in Motion: journalism and modernist events in 1920s Portugal*. New York: Berghahn Books.
- Valente, José Carlos (1998). *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses – I Parte (1834-1934)*. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- Vieira, Alexandre (1950). *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*. Lisboa: edição de autor.

RED CENSORSHIP: NEWSPAPER COMPANIES BEFORE THE PRESS STRIKE IN 1921

This article is a study on a strike of journalists, typographers and distributors that took place in Lisbon in 1921. Culminating a tension in the past years, responsible for several strikes, this event stands out either for its longevity, lasting about four months, or for gathering workers with different social conditions. From the analysis of the coverage by *O Jornal*, informative organ of the newspaper companies, as well as by *O Século* and *Diário de Notícias*, the aim of this research is, firstly, to demonstrate how journalistic production fits into a strategy of struggle, namely by linking the strikers to the Bolshevik regime and to the exercise of a “red censorship”. Besides aiming at their discredit, establishing such relationship served to justify the repression of trade union activity. Secondly, the text identifies differences and similarities between the discourses conveyed by the daily newspapers, thus contributing to the reflection on the distinction between informative and political journalism.

Keywords: journalism, unions, strike, anti-bolchevism, newspaper companies.

CENSURE ROUGE: LES ENTREPRISES DE JOURNAUX FACE À LA GRÈVE DE LA PRESSE EN 1921

Cet article est une étude sur la grève des journalistes, des typographes et des distributeurs qui a eu lieu à Lisbonne en 1921. Résultat d’une tension vérifiée au cours des années précédentes, responsable pour plusieurs grèves, cet événement se distingue soit par sa longévité, d’une durée de quatre mois environ, soit par le rassemblement de travailleurs avec des différentes conditions sociales. De l’analyse de la couverture réalisée par *O Jornal*, organe d’information des entreprises de presse, ainsi que par *O Século* et *Diário de Notícias*, le but de cette recherche est, d’une part, de montrer comment la production journalistique s’inscrit dans une stratégie de lutte, à savoir par le rapprochement des grévistes avec le régime bolchevik et avec l’exercice d’une “censure rouge”. En plus de viser son discredit, l’établissement d’une telle relation a servi à justifier la répression de l’activité syndicale. Deuxièmement, le texte identifie les différences et les similitudes entre les discours véhiculés par les journaux, contribuant ainsi à la réflexion sur la distinction entre journalisme informatif et politique.

Mots-clés: journalisme, syndicats, grève, anti-bolchevisme, presse.